



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901
Telefone: (51) 3220-4346 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 27-02-2024.

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e quatro, às dez horas e doze minutos, reuniu-se, na Sala 301 das Comissões Permanentes, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a presença dos vereadores Lourdes Sprenger, Mônica Leal, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, a senhora Presidente, a vereadora Lourdes Sprenger, declarou abertos os trabalhos, sendo de imediato aprovada a Ata da Reunião anterior, tendo sido dispensada a sua leitura. Acrescenta-se, ainda, que foram APROVADOS, de acordo com os §§ 4º e 5º do art. 42 do Regimento, no dia vinte e um de fevereiro do corrente, os seguintes Pareceres: nº 003/24 (Indicação nº 114/23 – Processo nº 1326/23), de autoria do vereador Aldacir Oliboni e nº 004/24 (Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 002/23 – Processo nº 0076/23), de autoria da vereadora Cláudia Araújo. E, no dia vinte e seis de fevereiro do corrente, os seguintes Pareceres: nº 005/24 (Projeto de Lei do Executivo nº 037/23 – Processo nº 1126/23), de autoria da vereadora Cláudia Araújo, ao Veto Parcial; nº 006/24 (Indicação nº 003/24 – Processo nº 0052/24), de autoria do vereador Aldacir Oliboni e nº 007/24 (Indicação nº 109/23 – Processo nº 1309/23), de autoria da vereadora Psicóloga Tanise Sabino. Após, a senhora Presidente prestou esclarecimentos sobre a pauta do encontro, destinada à apresentação em Audiência Pública do Relatório de Gestão de Saúde do terceiro quadrimestre de dois mil e vinte e três, com base no § 5º do art. 36º, da Lei Complementar Federal nº 141/12. Dando continuidade aos trabalhos, leu o conteúdo do edital publicado no Diário Oficial de Porto Alegre, em jornal de grande circulação e no site deste Legislativo, em atendimento ao princípio da publicidade requerida na legislação vigente. Na sequência, registrou a presença dos senhores Fernanda Fernandes, diretora-geral da Secretaria Municipal de Saúde (SMS); Kelma Nunes Soares, assessora da Assessoria de Planejamento (Assepla) da SMS; Cincinato Fernandes Neto, diretor-geral do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas (HMIPV); Paulo Ricardo Bobek, diretor interino da Diretoria de Atenção Ambulatorial, Hospitalar e Urgências (DAAHU-SMS); Rafael Abech

Dias, representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RS); Tatiana Razzolini Breier, diretora-geral do Hospital Pronto-Socorro (HPS); Rosa Helena Cavalheiro Mendes, representante do Conselho Municipal de Saúde (CMS); Eveline Rodrigues, diretora adjunta da Diretoria de Atenção Primária da SMS; Everton Borges, assessor de relações internacionais do Conselho Regional de Farmácias (CRF); Estevão Finger da Costa, representante do Sindicato dos Enfermeiros do Estado do Rio Grande do Sul (Soergs) e demais nomes registrados na lista de presenças desta Audiência Pública. A seguir, a senhora Presidente concedeu a palavra à senhora Fernanda Fernandes que iniciou a apresentação do referido relatório, destacando o aumento significativo de casos de dengue na Capital e acrescentando que esse cenário desfavorável foi verificado a partir do ano de dois mil e vinte e dois. Informou, ainda, que neste ano, mais de duzentos casos já foram confirmados até a presente data. Após, informou que os focos da dengue estão surgindo em diferentes pontos do Município, sem uma região específica identificada com maior incidência. Em seguida, abordou o plano de contingência e monitoramento da Prefeitura contra a doença, enfatizando a resistência de parcela da população que resiste em permitir o acesso das equipes para verificar focos do mosquito em suas propriedades, acrescentando que a Prefeitura recorreu ao apoio do Exército para auxiliar o trabalho dos agentes de saúde. Na sequência, informou que, no ano de dois mil e vinte e três, todas as metas do Programa Prometa foram atingidas, que a cobertura de atenção primária à saúde atingiu setenta e três por cento da população e a cobertura de saúde bucal atingiu o patamar de quarenta e sete por cento do público-alvo. Após, comentou que o horário de atendimento ampliado em quarenta unidades de saúde e em quatro farmácias distritais para melhor atender a população fora do horário comercial. Em continuidade, comentou sobre a implementação do Centro de Referência do Transtorno do Espectro Autista (Certa+), ressaltando que mais de duzentos e cinquenta pacientes estão sendo atendidos na referida unidade. Destacou, ainda, que a cobertura vacinal de duas doses contra a Covid-19 encontra-se em oitenta e três por cento, acima da meta estabelecida de setenta por cento. No entanto, enfatizou que a cobertura da dose de reforço encontra-se em cinquenta e oito por cento. Em prosseguimento, comentou sobre os investimentos realizados na área da saúde, destacando o programa municipal denominado Agiliza Saúde que injetou cinquenta e três milhões de reais na rede de atendimento da Capital. Após, anunciou a reforma de várias unidades de atendimento, aquisição de diversos equipamentos para as UBS e de doze ambulâncias ao Serviço Municipal de Urgências (Samu), entre outras aquisições realizadas com recursos do referido programa. Após, anunciou que a Prefeitura ultrapassou o percentual mínimo de quinze por cento de recursos próprios investidos na área da saúde, atingindo vinte e um, vírgula cinquenta e oito por cento no ano de dois mil e vinte e três, sendo o segundo maior patamar aplicado em toda a série histórica registrada. Acrescentou, ainda, que o Município efetua o financiamento de cerca de um terço dos gastos em saúde na Capital, que a fatia do governo do estado encontra-se no patamar de oito por cento e que a maior parcela do financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) é realizada com recursos da União, com quase sessenta por cento investidos. Na sequência, manifestou preocupação com o programa Assistir, do Governo Estadual, que reduziu o volume de repasses, ressaltando que o Governo Municipal vem

pressionando o Executivo Estadual para que o financiamento retorne a níveis anteriores, tendo em vista a perspectiva de uma nova ampliação de cortes. Alertou, também, para os impactos negativos da redução do financiamento dos serviços em saúde tanto aos pacientes da Porto Alegre quanto do Interior do estado que são atendidos no sistema público da Capital. A seguir, destacou que a Rede Municipal de atendimento conta atualmente com três mil e novecentos e setenta e um municipais e dois mil e cento e trinta e seis trabalhadores contratualizados, além de contingentes menores de servidores federais e estaduais cedidos, destacando, também, o processo de nomeação de sessenta e um servidores concursados no último quadrimestre do ano de dois mil e vinte e três. Dando prosseguimento à apresentação, informou que mais da metade dos gastos em internações hospitalares ocorre com pacientes oriundos dos municípios do Interior, tendo sido observado um aumento considerável das despesas com internação no decorrer do último quadrimestre, ilustrando que, entre os anos de dois mil e dezenove e dois mil e vinte e três, houve uma elevação de aproximadamente cinquenta por cento nos custos de atendimento. Na sequência, registrou que, entre os indicadores negativos, encontra-se a cobertura vacinal para menores de um ano, que possui a meta noventa e cinco por cento para cada vacina, acrescentando que, com exceção do imunizante BCG, todas as demais estão abaixo desse patamar, ilustrando que esse cenário inclui as vacinas para meningite C, pentavalente, pneumocócica, poliomielite, VORH, febre amarela e tríplice viral. Destacou, também, que o coeficiente de mortalidade por AIDS em Porto Alegre é quase seis vezes maior que a média nacional, fato que gera grande preocupação. Finalizando a apresentação, informou que a cobertura da vacina contra a gripe também encontra-se abaixo da meta, tendo alcançado apenas quarenta e dois por cento de imunização e lembrou que a baixa vacinação implica no aumento do número de atendimentos em emergência e internações hospitalares no Município. Acrescentou, ainda, que a Operação Inverno irá atuar na prevenção, tendo como foco a aplicação das vacinas contra a influenza e Covid-19, visando a ampliação da cobertura vacinal e obter a esperada redução do impacto sobre o sistema de atendimento na rede pública. E, no encerramento da Audiência Pública, respondendo aos questionamentos formulados, a senhora Fernandes concedeu as seguintes respostas: a) ressaltou que a adequação do vínculo dos agentes comunitários é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio (Smap) e acrescentou que as medidas necessárias já foram adotadas pela SMS, considerando que a reposição do quadro de funcionários é um nó crítico para a Administração, devido às dificuldades de financiamento da rede; b) em relação à AIDS, descreveu a questão como sendo densa, bastante complicada, multifatorial e de difícil resolução, requerendo um conjunto específico de ações coordenadas para a melhoria do cenário atual. Acrescentou, ainda, que a Prefeitura Municipal distribui preservativos gratuitamente e informou ter havido um aumento de cinco por cento no número de casos de HIV na Capital entre os anos de dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três; c) sobre o Programa Certa+, informou que a SMS encontra-se em tratativas para a construção de um novo centro de reabilitação para atendimento de pacientes autistas e de pessoas com deficiência. Também mencionou a ocorrência de negociações avançadas para a construção de um Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPSi) no bairro Lomba do Pinheiro através da utilização de emenda

parlamentar federal; d) confirmou que a SMS utilizou drones em certa ocasião para monitorar os focos de dengue e que autuou proprietários de residências com piscinas contendo água parada, acrescentando, ainda, que a Prefeitura está adquirindo novo lote de kits de testes para melhorar o controle da doença; e, e) em relação ao fechamento de leitos, destacou reunião que irá ocorrer entre a Prefeitura e a secretária estadual da Saúde, senhora Arita Bergmann, para discutir a situação dos repasses, enfatizando que o atual déficit vem comprometendo de maneira acentuada o custeio dos hospitais da rede pública de saúde de Porto Alegre. Na sequência, a senhora Presidente concedeu a palavra aos vereadores e demais convidados presentes na Mesa e na plateia para suas manifestações. O vereador Aldacir Oliboni expressou preocupação sobre questões urgentes, como a necessidade de adequações nos vínculos de agentes comunitários de saúde e a nomeação ou contratação temporária de agentes de combate a endemias em resposta ao aumento de casos de dengue. Por fim, também solicitou esclarecimentos do Governo Municipal sobre o aumento de mortes por AIDS no Município. A vereadora Psicóloga Tanise Sabino indagou sobre eventual existência de planos para a implementação do Programa Certa+ para pessoas acima de doze anos e, também, indagou sobre a construção de um novo Centro de Atenção Psicossocial (Caps). Em continuidade, também solicitou a apresentação de dados sobre suicídio e autolesão. A vereadora Cláudia Araújo questionou a possibilidade da utilização de drones no combate à dengue e alertou sobre a possível redução de leitos devido à diminuição dos repasses do programa Assistir, do Governo Estadual. A senhora Kelma Nunes Soares justificou a dificuldade de disponibilização prévia do relatório de gestão, atribuindo essa impossibilidade, à complexidade da compilação e conferência dos dados. Enfatizou, ainda, não se tratar de documento simples de ser concluído de forma rápida pela necessidade de realização de trabalho cuidadoso sobre as informações oficiais a serem apresentadas na audiência pública. O senhor Cincinato Fernandes Neto comentou sobre o conjunto de obras que estão sendo implementadas no Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas, destacando que a Instituição corria o risco de ser multada caso tais reformas não fossem realizadas. Por fim, destacou o lançamento da consulta pública para a edificação da nova unidade do HMIPV a ser construída em terreno localizado nas imediações do teatro Tesourinha. A senhora Tatiana Razzolini Breier informou que, somente na data de ontem, aproximadamente quinhentas e vinte pessoas foram atendidas no HPS, alertando que essa situação extrema está ficando insustentável diante do porte do quadro técnico atualmente disponível. Em continuidade, destacou que a área de traumatologia está completamente fragilizada naquela Unidade e defendeu a soma de esforços para ampliar o atendimento em função da crescente demanda. Por fim, alertou para o fechamento da unidade de saúde de Viamão e do deslocamento daquela população para a rede de saúde de Porto Alegre, a qual vem se tornando um grande observatório por se tratar do principal centro de referência em saúde do estado. A senhora Rosa Helena Cavalheiro Mendes criticou as restrições orçamentárias para o atendimento das demandas em saúde e considerou, ainda, que o processo de terceirização acentuou a precarização das condições de atendimento da rede básica na Capital. Destacou, também, que tal fato fica evidenciado pela precariedade verificada em diversas unidades de saúde, resultando na conseqüente migração dos usuários locais aos

hospitais e Unidades de Pronto Atendimento (UPA) que possuem melhores condições técnicas de atendimento. Após, também denunciou a ausência de procedimento humanizado por parte dos profissionais do Hospital Vila Nova, informando que diversos relatos de maus-tratos foram levados ao conhecimento do Conselho Municipal de Saúde. Por fim, endossou a necessidade de ampliação de investimento na área de saúde mental, na disponibilização de maior número de dentistas e na quantidade de médicos especialistas nas diversas unidades da rede municipal de saúde. Na sequência, a senhora Presidente concedeu a palavra ao público presente na plateia para suas manifestações. O senhor Everton Borges lembrou que no ano de dois mil e dezoito foi implantado o Programa Municipal de Consultas Farmacêuticas e questionou se essa normativa já se encontra regulamentada e a partir de quando o CRF poderá ter acesso detalhado a essas informações. Por fim, também considerou importante dimensionar os reais impactos positivos dessa medida na melhoria do fluxo de atendimento da rede de saúde municipal. Às doze horas e quatro minutos, nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente declarou encerrada esta Reunião. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pela senhora Presidente, vereadora Lourdes Sprenger.



Documento assinado eletronicamente por **Maria de Lourdes dos Santos Sprenger, Vereadora**, em 12/03/2024, às 12:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0703614** e o código CRC **411B91EF**.